



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN EM 20134
02 de Abril de 2014
Ilhabela

1
2
3
4
5 Aos dois dias do mês de abril de 2014 às 10:10h, reuniram-se nas dependências do Centro Educacional
6 e Cultural Prefeito Roberto Fazzini, localizada à Av. Riachuelo, 1929, Praia Grande - Ilhabela – SP,
7 membros titulares e suplentes do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. O cerimonial deu início
8 à plenária convidando para compor a mesa: o Sr. Sylvio do Prado Bohn Jr. – secretário executivo do
9 CBH-LN, representado também o segmento Estado; Fernando Aurélio Parodi- representando o Exmo Sr.
10 Prefeito de São Sebastião; Auracy Mansano Filho – representando o Exmo Sr. Prefeito de
11 Caraguatatuba; Jorge Guaracy Ribeiro – Vice-Presidente do CBH-LN, representando também o
12 segmento da Sociedade Civil; o Exmo Sr Antônio Colucci – Prefeito de Ilhabela e finalmente o Exmo Sr.
13 Maurício Moromizato – prefeito de Ubatuba e presidente do CBH-LN. O denominador comum d do
14 discurso de todos os membros da mesa foi a crise atual da água na região metropolitana de São Paulo e
15 a necessidade de zelarmos para que este precioso recurso seja preservado no Litoral Norte, que apesar
16 da abundância de água já vem passando por carências em épocas de estiagem prolongada ou excesso
17 de demanda em épocas de temporada ou feriados. A constituição da Agência e a implantação da
18 cobrança pelo uso da água é considerado um avanço importante para melhor gerir os recursos hídricos
19 da região de forma a evitar escassez. Desfeita a mesa, o presidente do CBH-LN inicia os trabalhos do dia
20 submetendo à apreciação e aprovação da Ata da Plenária do CBH-LN de 18/12/2013. Após correções
21 solicitadas, esta foi aprovada pro unanimidade. A seguir o presidente do CBH-LN solicitou a presença da
22 profª Drª Débora Olivato para proferir a palestra “Participação social na gestão de riscos ambientais por
23 bacias hidrografias: um caminho possível”, fundamentada em sua tese de doutorado defendida no
24 Programa de Geografia Física da FFLCH/USP. Drª Débora expôs a situação de vulnerabilidade do litoral
25 norte paulista, a estrutura de gestão de riscos ambientais proposto pela Política Nacional de Proteção e
26 Defesa Civil que inclui a participação ativa da sociedade. O trabalho baseou-se nas premissas (hipóteses)
27 de que: 1) a população do litoral norte não está envolvida no processo de diagnóstico, mapeamento e
28 gerenciamento da vulnerabilidade e riscos ambientais; 2) o conhecimento e experiência popular podem
29 contribuir para a gestão de riscos, subsidiando as ações de prevenção e 3) a bacia hidrográfica propicia
30 um recorte espacial para estudos sócio-ambientais na gestão de riscos. O estudo de caso desenvolvido
31 na bacia do rio Indaiá-Capim Melado em Ubatuba abrangeu 3 etapas: diagnóstico participativo, cursos
32 ministrado para lideranças locais, educadores e representantes do sistema e reuniões comunitárias.
33 Foram apresentados os resultados do trabalho , concluindo-se que: a) de modo geral a população não
34 participa do processo de gestão de riscos ambientais na área estudada, comprovando-se assim a
35 hipótese inicial; b) As metodologias adotadas demonstraram a viabilidade no levantamento e
36 sistematização de informações em prol da gestão de riscos do lugar, e em bacias hidrográficas; c) As
37 atividades participantes com base em educação ambiental, envolvendo comunidade e representantes do
38 Sistema, demonstraram a viabilidade de um processo de construção conjunta em prol da gestão de
39 riscos; d) A gestão pública precisa atentar a drenagem urbana, uma vez que inundações e alagamentos
40 são problemas frequentes e e) A educação preventiva precisa ser levada a escolas e comunidades de
41 forma crítica e participativa. Agradecendo a exposição, o presidente do CBH-LN solicitou a presença de
42 Camila Paschoal - coordenadora da câmara Técnica de educação ambiental – CT-EA para apresentar e
43 submeter á aprovação de Deliberação CBH-LN nº 145 que aprova transferência de recursos de
44 investimento do FEHIDRO 2014 para a sub-conta do FEHIDRO do CBH do Médio Paranapanema para
45 atender ao projeto regional: “Desenvolvimento educativo e integração dos Comitês de Bacias - XII
46 Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos”. Camila explica que anualmente o
47 Diálogo Interbacias é realizado com o objetivo de promover a troca de experiências na área de educação
48 ambiental, sendo que cada comitê contribui com uma valor estabelecido pela organização do evento que
49 este ano corresponde a R\$ 21.000 (vinte e um mil reais), dando direito à participação de nove

50 representantes do CBH-LN. Propõem-se que cada câmara Técnica indique 3 pessoas para participar do
51 evento, sendo cobertas as despesas de hospedagem e alimentação. Submetido á aprovação, a
52 Deliberação CBH-LN nº 145 foi aprovada por unanimidade pela Plenária do CBH-LN. Em seguida, o
53 presidente do CBH-LN solicitou a presença de Marcio José do Santos da secretaria executiva do CBH-LN
54 para apresentar e submeter à aprovação a Deliberação CBH-LN nº 146 que cria Grupo de Trabalho para
55 a implantação da Fundação Agência de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – FABHLN (GT-Agência).
56 Marcio faz uma exposição sobre o histórico para viabilizar a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do
57 LN, incluindo a necessária atualização das Leis municipais que autorizam os executivos a participar da
58 Fundação. Para fazer frente às inúmeras tarefas para implantar a FABHLN, faz-se necessário constituir
59 um Grupo de Trabalho , cuja constituição proposta seria: I – quatro representantes do Segmento “Poder
60 Executivo Municipal”, sendo um de cada município que compõem a UGRHI03 – Litoral Norte; II – quatro
61 representantes da Sociedade Civil Organizada; III – quatro representantes do Segmento Estado. O GT
62 teria as seguintes atribuições: I – *Desenvolver e aplicar plano de ação e metas visando cumprimento de*
63 *suas atribuições e submetê-lo à apreciação do Colegiado do CBH-LN; II – realizar ações de articulação e*
64 *mobilização dos representantes eleitos dos Poderes Executivos e Legislativos dos Municípios do Litoral*
65 *Norte, com vistas a obter a adesão necessária para a efetiva instalação da Fundação Agência das Bacias*
66 *Hidrográficas do Litoral Norte – FABHLN; III – estudar e propor minutas de projetos de leis municipais*
67 *autorizando a participação dos municípios na constituição e gestão da FABHLN; IV – desenvolver e*
68 *propor Minuta de Estatuto ou Regimento da FABHLN; V – estudar e propor estrutura organizacional da*
69 *FABHLN e estimativa de despesas de investimento e de custeio; VI – propor medidas, devidamente*
70 *detalhadas, a serem tomadas pelo Estado, Municípios e Sociedade Civil, para as respectivas*
71 *participações na FABHLN; VII – negociar com os Órgãos Públicos da administração direta e indireta do*
72 *Estado de São Paulo, e dos Municípios do Litoral Norte, e, organizações da Sociedade Civil, no sentido*
73 *de definir os bens que serão dotados pelos instituidores da nova entidade; VIII –propor formas e*
74 *mecanismos legais e institucionais, com objetivo de garantir a gestão descentralizada dos recursos a*
75 *serem arrecadados com a cobrança pelo uso das águas; IX – realizar registro das ações realizadas,*
76 *preparar e encaminhar documentos, expedientes e empreender providências necessárias à instituição da*
77 *FABHLN. X – convidar especialistas com vistas ao apoio e ao assessoramento técnico em questões*
78 *pertinentes à implantação da FABHLN.* Após a exposição, Francisco Fabbro Neto, representando o
79 Instituto Federal, propõe que haja uma paridade entre a sociedade civil e os representantes de governo.
80 Após diversas propostas de composição, chega-se a um consenso de que o grupo de trabalho será
81 composto por 16 membros, sendo 8 representantes da sociedade civil, 4 representantes do Estado e 4
82 representantes do município. O Vice-presidente do CBH-LN propôs reunião dos representantes da
83 sociedade civil no dia 10 de abril às 10:00h na Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de
84 Caraguatatuba para a escolha dos integrantes do GT. Submetida à aprovação da Deliberação CBH-LN
85 nº 146 com as alterações da composição do grupo conforme proposto, esta foi aprovada por
86 unanimidade. Necessitando se retirar para atender compromisso oficial em Ubatuba, o presidente do
87 CBH-LN passou a condução dos trabalhos ao secretário executivo que passou ao próximo item da pauta,
88 solicitando a presença de Fernando Aurélio Parodi – coordenador da câmara Técnica de Planejamento e
89 Assuntos Institucionais – CT-PAI para apresentar para fins de apreciação e aprovação a Deliberação
90 CBH-LN nº 147 que aprova minuta de Deliberação Substitutiva à Deliberação CRH nº 90/2008. Parodi
91 esclarece que a proposta de substituição da Deliberação CRH 90/2008 sobre a implantação da cobrança
92 pelo uso da água visa corrigir alguns equívocos como a não observância plena do princípio da
93 descentralização da gestão das bacias, a correção de caráter dúbio de implementação dos valores
94 mínimos e máximos de coeficientes ponderadores e de preços unitários finais, na medida em que o texto
95 da Deliberação 90 “sugeriu” ao mesmo tempo que “determinava” sua adoção, entre outros aspectos
96 discutidos em reunião promovido pelo CRHi em dezembro de 2013, tais como: a Inclusão de
97 procedimentos para revisão das cobranças já implantadas; a inclusão dos usuários rurais (revisão); a
98 obrigatoriedade de negociações para definição de coeficientes ponderadores para transposição entre
99 UGRHIS e a avaliação dos impactos econômicos da cobrança nas bacias doadoras e receptoras.
100 Considerando as consequências da proposta de revisão, especialmente para os CBHs onde ocorre a
101 transposição, aliado ao fato da Deliberação não ter sido submetida ao CT-COB e aos CBHs, os comitês e
102 representantes dos setores usuários pagadores de água exigiram que se realizassem consultas aos
103 Comitês sobre o seu teor, motivo pelo qual o CBH-LN submete à apreciação da plenária, Deliberação em
104 que acata a Minuta da Deliberação Substitutiva à Deliberação CRH 90/2008. Antônio Dirceu Pigatto

105 Azevedo – representante da Sabesp pede a palavra sugerindo que o assunto seja divulgado amplamente
106 antes de ser submetido à aprovação, ao que Parodi rebateu informando que o tema foi discutido no
107 âmbito da CT-PAI, na qual a Sabesp faz parte, tendo conhecimento do assunto. Outros integrantes das
108 câmaras técnicas ressaltaram que a por meio de seus representante conhecia o assunto e teve a
109 oportunidade de se manifestar. A seguir a Eng^a Mariza Guimarães Prota do setor de Gestão Institucional
110 de Recursos Hídricos da Sabesp de São Paulo, solicitou a palavra para expor a opinião da empresa face
111 a proposta de alteração da Deliberação 90/2008: “No Artigo 4º - parágrafo 1º - substituir o
112 verbo poderá por deverá, devido à importância da participação dos diversos comitês envolvidos com a
113 transposição de bacia nas reuniões para definição dos coeficientes e critérios para os cálculos dos
114 valores a serem pagos. No artigo 5º - parágrafo único – excluir o trecho “sendo que, em Bacias ou Sub-
115 bacias da UGRHI nas quais a demanda supere 50% do valor da vazão de referência adotada no
116 respectivo Plano de Bacia, esse limite será de 0,00539 UFESP”, uma vez que a criticidade hídrica de uma
117 bacia já é considerada no ato da outorga pelo órgão outorgante, e que já há o coeficiente ponderador de
118 consumo X_3 para calibrar o cálculo do PUF_{cons} em função da disponibilidade hídrica. No artigo 6º, inciso
119 II, deve-se incluir que o relatório contendo a fundamentação da proposta de cobrança deverá
120 ser aprovado em plenária pelo comitê, devido à importância deste relatório no processo da cobrança. No
121 caput do artigo 9º, excluir o texto “constar da proposta da cobrança estabelecida pelo CBH” e voltar à
122 redação da deliberação em vigência, que diz que a cobrança deverá “ser anual e coincidente com o
123 exercício fiscal”, devido à importância da manutenção do exercício fiscal para os usuários pagadores,
124 como os demais tributos. No parágrafo único deste mesmo artigo, é importante fixar que o
125 pagamento da cobrança deverá acontecer por ocasião da emissão do boleto de pagamento, e
126 não da data estabelecida no Decreto do Governador, devido às diversas etapas necessárias para
127 implantação da cobrança após emissão do decreto e as dificuldades que os comitês encontram para
128 executá-las. Propõe-se então que seja excluído o texto “na data estabelecida no Decreto do Governador
129 que a aprovar”, e complementado o parágrafo “no mês de vencimento do primeiro boleto”. Ainda no
130 artigo 9º, é importante a manutenção do parágrafo 2º da deliberação vigente para garantir que o cálculo
131 dos valores a serem pagos pelos usuários seja feito de uma maneira justa, proporcional aos usos do
132 período cobrado. Propõe-se então a renumeração do parágrafo anterior como 1º e o retorno do parágrafo
133 2º, com o seguinte: § 2º - No ano de início da cobrança, caso a mesma não seja efetuada a partir do primeiro
134 mês do exercício fiscal, o montante a ser cobrado será calculado proporcionalmente aos meses
135 subsequentes até o final do exercício, dividido em parcelas iguais correspondentes.” Mariza informou que
136 esta posição está sendo levada a todos os CBHs. Após grande discussão sobre o assunto em que
137 ressaltou-se a necessidade de zelar pelos interesses coletivos, mormente em tempo de carência de
138 água. A plenária decidiu pela aprovação da Deliberação CBH-LN nº por unanimidade com as
139 observações apresentadas pela engº Mariza, representando no ato a Sabesp. O Secretário Executivo do
140 CBH-LN solicita a presença de Marcio José dos Santos para submeter à apreciação e aprovação a
141 reindicação de projetos aprovados em 2013 por meio de Deliberação AD REFERENDUM. Marcio
142 esclarece que os projetos intitulados “Encontro dos CBH’s da Vertente Litorânea” e “Comunicação,
143 Difusão e Disseminação de Informações para Gestão de Recursos Hídricos do Litoral Norte” não foram
144 contratados no pleito de 2013. Explicou que a proposta é que estes sejam reapresentados para
145 financiamento do FEHIDRO em 2014, devido sua importância regional e por já terem sido analisados e
146 aprovados em outra oportunidade pelo CBH-LN no ano de 2013. Informou ainda que os tomadores teriam
147 a oportunidade de atualizar os valores da UFESP com base no ano de 2014. Com relação ao projeto de
148 “Comunicação, Difusão e Disseminação de Informações para Gestão de Recursos Hídricos do Litoral
149 Norte”, Marcio informou que o mesmo será otimizado para atender as demandas de comunicação e
150 mobilização social, essenciais para a elaboração do Plano de Bacias Hidrográficas, a ser concluída em
151 dezembro de 2015, e divulgação da cobrança pelo uso da água, em processo de implantação. Cientes da
152 situação, a plenária aprovou por unanimidade que os projetos sejam reencaminhados por meio de
153 Deliberação AD REFERENDUM. A seguir o secretário executivo solicitou a presença de Denise
154 Formaggia – representante da ABES/SP e integrante da CT-SAN para expor a avaliação preliminar do
155 EIA/RIMA da “atividade de produção e escoamento de petróleo e gás natural do polo pré-sal da bacia de
156 Santos – etapa 2”, com proposta de envio de parecer ao IBAMA mediante Deliberação aprovada AD
157 REFERENDUM, tendo em vista que será concedido prazo até o dia 10 de abril para acolher mais
158 manifestações com prazo final até o dia 14 de abril para que o CBH-LN se manifeste sobre o EIA. Denise
159 fez uma breve exposição sobre o empreendimento, sua localização, atividades, os aspectos abordados

160 no EIA, Os principais aspectos observados até o momento foram: Os impactos do empreendimento
161 “Projeto Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de
162 Santos - Etapa 2 “ se apresentam de forma mais concreta e com maior gravidade no meio marinho,.
163 afetando a qualidade da água do mar, a fauna marinha e por consequência atingindo a atividade
164 pesqueira. Chama a atenção que o EIA considera o risco de ocorrência de acidentes como de baixa
165 probabilidade, que questionamos considerando o histórico da empresa . No continente os impactos
166 sentidos se dão na área sócio-econômica e na eventual ocorrência de acidentes com derrame de
167 produtos químicos proveniente da atividade exploradora, e que podem atingir a costa, com sérias
168 consequências para a fauna e flora local, além dos impactos negativos na área sócio-econômica,
169 notadamente a pesqueira e turística. No Litoral Norte, o impacto sócio-econômicos mais representativo se
170 dá no uso do porto de São Sebastião (e eventualmente do aeroporto de Ubatuba), sendo relevante os
171 aspectos relativos a: qualidade da água do Porto de São Sebastião utilizado para abastecimento dos
172 Navios de apoio ao empreendimento; recebimento dos resíduos gerados pelas 3 embarcações (FPSO
173 BW Cidade de São Vicente, FPWSO Dynamic Poducer e FPSO Cidade de Ilhabela); aumento da
174 movimentação de cargas e caminhões pela SP55 e Rod dos Tamoios aumento de fluxo de funcionários
175 das empresas prestadoras de serviços ao empreendimento, afetando a vida da cidade, especialmente em
176 São Sebastião (vide violência, prostituição, doenças sexualmente transmissíveis, etc), fragilidade da
177 infraestrutura na área de saúde para atendimento a possíveis acidentes Nenhuma das ações mitigadoras
178 ambientais, realmente minimizam os impactos sócio-econômicos levantados. No que concerne à área de
179 atuação do CBH-LN – recursos hídricos, o empreendimento poderá potencialmente afetar os recursos
180 hídricos que interagem com a malha rodoviária, na medida em que aumenta a probabilidade de
181 ocorrência de acidentes com caminhões que transportam materiais, equipamentos, insumos e produtos
182 químicos relacionados ao empreendimento. As medidas propostas pelo CBH-LN até o momento para
183 mitigar os impactos são: 1) Fortalecimento do P2R2-LN, por meio de propostas de auxílio na elaboração
184 de uma Plano para a região envolvendo a instalação de uma base operacional, capacitação e aquisição
185 de materiais e equipamentos das instituições envolvidas, instalação de uma rede de comunicação para
186 enfrentamento a emergências; 2) Elaboração de um Plano de Segurança dos Recursos Hídricos que
187 possam vir a ser afetados por acidentes relacionados à petróleo e gás, especificamente ações de
188 prevenção nas rodovias que cortam os rios e atendimento a situações de acidentes; 3) Avaliação de
189 Pontos Críticos do sistema de abastecimento de água do Porto de São Sebastião e Terminal da
190 Petrobrás, destinados a abastecer os navios de apoio ao empreendimento; 4) Avaliação da capacidade
191 de suporte do Porto de São Sebastião em receber os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento
192 (armazenamento e condições de transporte para usina de tratamento (que não foi definido em EIA por
193 envolver processo licitatório); 5) Avaliação das condições do Aeroporto de Ubatuba em termos de
194 condições sanitárias e ambientais para atender ao empreendimento em caso de necessidade
195 (abastecimento de água, resíduos sólidos); 6) Definir indicadores que possam avaliar os impactos sócio-
196 econômicos previstos no EIA, mesmo que considerados potenciais; 7) Rever projeto de Comunicação
197 Social, visando especialmente a prestação de contas à sociedade no que se refere aos impactos e ações
198 mitigadoras e compensatórias; 8) Apresentar projeto de Educação Ambiental face o diagnóstico já
199 efetuado e não exposto e 9) Constituir comissão de acompanhamento das atividades do
200 empreendimento, composto pelos Coletivos do LN (CBH-LN, UCs, especialmente a APA Marinha,
201 Agenda 21 do LN, Comdial e outros). Denise ressaltou que o CBH-LN deixará disponível do EIA no site
202 do comitê para contribuições até o dia 10 de abril, informando ainda que a apresentação do
203 empreendimento pela Petrobrás ocorrerá no dia 4 de abril às 15:00h no Módulo-Centro, em
204 Caraguatatuba, durante reunião do Conselho da APA Marinha e que IBAMA agendou audiência pública
205 no dia 28 de abril às 18:00h no TEBAR em São Sebastião. Submetido à Plenária, esta aprovou que o
206 CBH-LN envie seu parecer ao IBAMA aprovado por Deliberação AD REFERENDUM. Finalmente o
207 secretário executivo do CBH-LN solicita a presença de Fábio Pincinato da secretaria executiva do comitê
208 para apresentar o cronograma de elaboração do Plano de Bacias 2015-2018. Fábio explicou que com as
209 demandas de implantação da cobrança pelo uso da água, FABHLN, período de realização da copa do
210 mundo da FIFA, período de eleições e possibilidade de prorrogação pelo CRH do prazo para conclusão
211 dos Planos de Bacias para dezembro de 2015, a comissão de Elaboração do Plano de Bacias decidiu
212 adiar as oficinas participativas para o ano de 2015. A decisão foi tomada para garantir a participação
213 ampla da sociedade e a qualidade dos produtos. Fábio explicou que com esse mesmo objetivo, a
214 proposta é que o projeto de “Comunicação, Difusão e Disseminação de Informações para Gestão de

215 Recursos Hídricos do Litoral Norte” seja otimizado para fortalecer o envolvimento da comunidade na
216 elaboração do Plano de Bacias, conforme explicado anteriormente pelo Marcio. Finalizando a reunião
217 plenária do CBH-LN o secretário executivo do CBH-LN agradeceu a presença de todos e declarou
218 encerrada a reunião às 13:00h, cuja Ata foi lavrada por mim, Denise Maria Elisabeth Formaggia,
219 representante da ABES/SP no CBH-LN.